

# PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS E O COMPROMISSO SOCIAL E ÉTICO COM A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

## 1 INTRODUÇÃO

A arquivologia tem como propósito assegurar a preservação da informação registrada e auxiliar na recuperação de seu uso, seja na área histórica, administrativa, legal e até mesmo cultural. Contudo, a emergência dessa profissão contextualiza e torna a necessidade da ciência, inovação unida com a tecnologia e sustentabilidade formando características únicas para o exercício de manter as devidas funções e significâncias para os dias atuais.

É sabido que os meios pelos quais o arquivista se depara em seu ofício diariamente é o suporte em papel, e com as mudanças e evoluções tecnológicas nos tempos atuais um outro suporte indispensável é o eletrônico que, embora seja frequentemente requisitado, devemos nos atentar em como fazer uma gestão eletrônica correta destes documentos, pois em muitas das vezes os princípios arquivísticos não são verificados, deixando uma insegurança na questão de autenticidade, integridade e preservação, conforme aponta Conway (2001).

Neste sentido, por mais que tenhamos fatores tecnológicos em toda parte, a utilização do papel como suporte de informação ainda é um dos mais requisitados pelas instituições e está longe de se tornar escasso, e isso se deve pelo fato de que, os princípios arquivísticos já foram analisados minuciosamente e a segurança de se fazer uma gestão correta para este tipo de suporte em papel se torna maior se compararmos ao eletrônico que ainda está percorrendo por métodos de preservação assegurada.

Apesar da utilização do papel ser de grande escala em nosso cotidiano, se analisarmos pelas consequências do meio ambiente, podemos dizer que esse protagonista de nossa profissão arquivística assume uma responsabilidade de ser um dos variados contribuintes pela poluição gerada frequentemente em nosso planeta, pois o processo de fabricação do papel branco ou branqueado assume malefícios ambientais e de saúde pública, como por exemplo, o uso exacerbado de recursos naturais na sua produção, como afirma Santos (2001), uma vez que utiliza grande quantidade de água e madeira, além de produtos extremamente tóxicos e persistentes no meio ambiente que podem alterar o solo, água e ar, entre outros fatores.

Mediante ao que foi discorrido, este estudo parte do seguinte questionamento: como o arquivista pode contribuir de maneira responsável social e ética para minimizar os impactos ambientais causados pelo papel comum adotando o uso do papel reciclado? Para responder essa questão, esta pesquisa busca apresentar o uso do papel reciclado como suporte físico documental para a atuação do arquivista e sua relação com a responsabilidade social, ética e ambiental, considerando que um dos meios mais comuns de suporte utilizados por este profissional é o papel comum.

Por ser uma temática tão discutida e que pode ser incluída em outras áreas, surge a relevância desta pesquisa em conectar a arquivologia com a sustentabilidade e os respectivos meios de realizar uma contribuição eficaz de conduzir o arquivista a analisar a conduta pela qual está sendo realizada em seu trabalho, afinal é dever do cidadão buscar contribuições, sejam elas de grande proporção ou levemente sutil, de alguma forma atitudes positivas geram a redução da degradação ambiental. Nesse ínterim, este estudo se justifica no âmbito acadêmico, social, ético e ambiental por trazer reflexões sobre a responsabilidade das práticas arquivísticas no que diz respeito ao uso do papel reciclado como contribuição ao meio ambiente e ligada também à ética do arquivista para não proceder com que descumpram as orientações legais de eliminação de documentos, devendo ser encaminhados para a reciclagem e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

## 2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PAPEL RECICLADO COMO REGISTRO DOCUMENTAL

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo e ao mesmo tempo é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. As pessoas estão reconhecendo a importância em pensar em um ambiente equilibrado, conscientizando que o futuro depende das atitudes do presente e que isso só será melhorado com o progresso consciente.

“A preocupação com a sustentabilidade no contexto dos arquivos se dá quando os arquivos que possuem uma grande massa documental acumulada, isto por falta de uma gestão documental [...], se veem obrigados a fazerem descarte de documentos para desocupação de espaço, esse procedimento inadequado por muitas vezes ainda é feito de forma insustentável, como exemplo a queima a céu aberto de documentos de arquivo, proibido por lei” (SANTOS, 2016, p. 42).

Nos processos de reciclagem se reduz muito todos os aspectos poluentes que são feitos no papel comum, pois a reciclagem do papel além de envolver a prática sustentável também induz a prática de desenvolvimento social, como a mão de obra, redução do lixo urbano, os recursos naturais e muitos outros benefícios ligados a conduta de ética. Como sabemos a problemática do papel comum está diretamente ligada com o branqueamento, pois uma continuação da deslignificação iniciada no cozimento é uma das etapas responsável pela geração de águas residuárias (Miranda, 2008). Com isso, é interessante que o arquivista analise o uso do papel reciclado, tendo em vista que é um dos principais e mais importantes suportes do seu cotidiano.

Apesar de possuir vantagens para a colaboração sustentável, é aconselhável que o arquivista fique atento à Resolução nº 42 do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (2014), que dispõe sobre a análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos, pois ao utilizar este papel para documentos permanentes, é necessário que se faça um estudo aprofundado em relação a sua durabilidade. Por isso é interessante que o profissional utilize este papel em documentos que possuem uma temporalidade menor, ou seja documentos correntes como informes breves, muito utilizados em ambientes de administração, onde os mesmos contribuem com volumes maiores que correspondem ao desperdício e não precisam ser guardados por muito tempo.

### 2.1 SUPORTE FÍSICO X SUPORTE ELETRÔNICO

Ainda que na atualidade o uso do papel seja muito requisitado no trabalho do arquivista, podemos considerar que os suportes eletrônicos ficaram cada vez mais popularizados (Jardim, 1992), tendo em vista que a tecnologia viria de fato para facilitar variados âmbitos no meio social no quesito de informação agregada a rapidez. Com tanta demanda de equipamentos eletrônicos crescendo por toda parte e com a modernização de uma sociedade querendo cada vez mais novidades de conhecimentos eletrônicos, o suporte digital tomou proporção por várias áreas, incluindo a arquivologia.

Nota-se que os documentos em suporte eletrônicos e os documentos em suporte de papel podem ter semelhanças, ainda que os arquivos mantidos de forma eletrônica tenham questões importantes a serem discutidas e cada vez mais aprofundadas como a relevância de se manter a autenticidade, fidedignidade, durabilidade e segurança podemos observar que de fato temos recursos que atendam essa demanda se compararmos há trinta anos. Também é notório afirmar que com a crescente era da informação, diversos autores atuais exploram essa

temática com a preocupação de se fazer uma gestão arquivística correta e transferir o que já era utilizado organizacionalmente nos suportes de papel para os meios eletrônicos. Porém, apesar dessa preocupação ocorrer frequentemente e deve ser cada vez mais investigada para uma possível solução do problema em como se manter a longevidade e autenticidade desses suportes eletrônicos, a ideia é ressaltar os benefícios que esses suportes eletrônicos oferecem, tendo em vista que os mesmos contribuem em uma redução significativa ao consumo e o uso do papel.

Conforme apontam Aguiar e Silva (2013), o Ministério do planejamento orçamento e gestão com o auxílio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), resolvem em 2011 fazer um acordo para estabelecer em 3 (três) anos o Plano Nacional de Desmaterialização de Processos que tem como intuito estabelecer a eficácia governamental e priorizar a sustentabilidade e o compromisso da questão socioambiental do Governo Federal em relação ao uso dos suportes eletrônicos a serem adotados por essa instituição.

Em relação ao uso dos suportes eletrônicos como documentos de trabalho para o arquivista, é importante que esse especialista fique atento às novas tendências benéficas a serem adotadas em seu espaço, tendo em vista uma responsabilidade social e ética na gestão arquivística, de forma correta e consciente para uma melhoria sustentável.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho, foi realizado por meio de um estudo de cunho qualitativo, sendo caracterizado como uma pesquisa descritiva, pois tem o intuito de destacar e incluir o arquivista de forma responsável social e ética com a temática da preservação do meio ambiente pouco explorada em nosso âmbito de trabalho e sugerir novas pesquisas, conforme aponta Goldenberg (2009). Para elaboração do procedimento técnico utilizado, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, que tem como propósito buscar explorar outras temáticas já vigentes para contribuição do assunto gerando outras novas ideias a serem examinadas, “[...] pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto da pesquisa a ser realizada, colaborando na escolha do problema [...] , tudo isso é possível baseando-se nos trabalhos já publicados” (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p.65).

Dessa forma, as fontes utilizadas nesse trabalho foram constituídas por artigos científicos existentes em *sites* especializados, conectando à teoria arquivística com as preocupações do meio ambiente, resultando numa análise descritiva onde buscou-se trazer uma compreensão maior e acurada das temáticas, com a finalidade de conduzir possíveis novas abordagens de pesquisas.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **4.1 O COMPROMISSO DO ARQUIVISTA NA QUESTÃO SOCIAL, ÉTICA E AMBIENTAL**

Atitudes diferenciadas como ter a responsabilidade social, ética e ambiental em suas práticas fazem com que os arquivistas tenham um olhar racional e coerente. Segundo Santos (2016), a questão ética do fazer arquivístico pensado no meio ambiente e em todo contexto que o cerca, torna-o um profissional multiplicador de práticas sustentáveis e o profissional do século XXI que não adota uma postura ambientalmente sustentável está em processo de regressão, já que se trata de uma atitude indispensável para todas as áreas e ramos de atividades. Dessa forma, o arquivista deve adotar uma postura de comprometimento com o

meio ambiente, fazendo com que suas práticas sejam sustentáveis em todos seus procedimentos de trabalho, desde a produção até a eliminação do documento.

Além destas disposições para estar apto a ser um arquivista é importante que esse profissional também saiba conduzir sua área de ocupação de forma ética e social. Segundo apontam Silva e Garcia (2017), essa relação de responsabilidade social, ética e ambiental é relativa ao acesso das informações com a sociedade, elevando a cidadania no âmbito social, até porque a preservação dos arquivos é referente a preocupação e compromisso com a transparência. Ao tomar conhecimento desses deveres, o arquivista deve reforçar ainda mais os valores e compromisso de cumprimento de suas funções, como descreve Freire e Silva (2013, p. 34), “o papel social dos arquivos é permeado pela tessitura ética do arquivista e sua relação com os contextos em que está inserido”, neste contexto podemos inserir a responsabilidade de comprometimento deste profissional ao meio ambiente associado ao uso do papel ser feita de maneira racional, tendo em vista que o processo de sua fabricação gera prejuízos ao meio ambiente, pois

“O arquivista, sabendo da importância do suporte papel, deve incentivar o uso racional deste, pois algumas vezes uma informação não tem necessidade de ser registrada em papel, tendo em vista a larga utilização da intranet nas empresas, alguns documentos como informes, agradecimentos, convites, felicitações, sugestões, pedidos e informações diversas podem ser repassados em meio eletrônico” (Militz, 2009, p.60).

Com isso, a tecnologia é uma aliada para o arquivista, considerando que os suportes em meios eletrônicos podem ajudar a diminuir o uso dos suportes físicos evitando o desperdício desnecessário enquanto a divulgação de informações supérfluas, que podem ser feitas via internet sem a necessidade de impressão. Outro modo em que o arquivista pode contribuir na questão ética, social e na realização de suas funções junto ao meio ambiente é em relação ao descarte dos documentos, que após passar pela comissão avaliadora podem ser eliminados, por meio de instrumentos específicos como a fragmentadora, onde os retalhos de papel podem ser usados para reciclagem gerando outros tipos de produtos ecológicos.

#### 4.2 RECICLANDO OS FRAGMENTOS DE DOCUMENTO DE ELIMINAÇÃO DE FORMA ÉTICA E SUSTENTÁVEL

Considerando que o arquivista também é responsável por gerir toda a documentação de uma instituição, incluindo as fases de vida do ciclo documental, pois é este ciclo que garante as fases específicas ao qual o documento irá passar até chegar em sua destinação final. Uma outra função indispensável para área arquivística é o uso da tabela de temporalidade, pois ela define o prazo de guarda dos documentos, resultando na destinação dos mesmos, garantindo o acesso à informação quando é necessário, além de contemplar os conjuntos documentais que são produzidos e recebidos por uma instituição. Após a verificação da tabela é importante que se faça a separação dos documentos até a eliminação e, é a partir deste momento em que o arquivista deve estar ainda mais atento e prestar os serviços necessários de acordo com a legislação que determina os procedimentos a serem tomados corretamente, conforme prevê a Lei Federal Nº 8.159/91 art. 9º “A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência”, ou seja, antes de ocorrer a eliminação é necessário passar pelas comissões Permanentes de Avaliação de documentos.

Em sua maioria quando pensamos em eliminação dos documentos, associamos a incineração onde ocorre a queima do papel, porém essa execução deve ser reconsiderada pois conforme é determinado na Lei Nº 9.605/98 que estabelece penas administrativas derivadas de condutas prejudiciais ao meio ambiente preferências como essas são totalmente danosas

visto que, a consequência deste ato é a emissão de gases extremamente tóxicos. Portanto, com intuito de ser um profissional de arquivo que busca por procedimentos de princípios sociais, éticos e ambientais, em relação ao descarte documental é viável que seja proposto para as instituições a fragmentação de documentos de forma a garantir sigilo das informações, além de não oferecer riscos às pessoas e ao meio ambiente.

Salientamos o que o arquivista atenda e sempre verifique os procedimentos na Resolução CONARQ nº 40 (2014) e observe a forma correta de se fazer o descarte dos documentos sem causar prejuízos. É sempre preventivo se certificar se aquele determinado documento pode ou não ser reaproveitado, se for possível é recomendável o reaproveitamento para a reciclagem. Neste sentido, Militz (2009), indica que o profissional de arquivo pode incentivar campanhas de coleta seletiva dos recicláveis em sua área de trabalho, o mesmo pode favorecer e despertar atitudes benéficas que consequentemente vão atribuir de maneira positiva ao meio ambiente.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo apresentar o uso do papel reciclado como suporte físico documental para a atuação do arquivista e sua relação com a responsabilidade social, ética e ambiental, evidenciando a relevância do uso do papel reciclado, como forma inovadora de reaproveitamento, por meio da reciclagem como possibilidade da destinação do papel comum.

Dada a urgência do tema, especialmente em face dos desastres ambientais recorrentes, buscou-se ampliar essa preocupação na área arquivística e mostrar como esse profissional pode contribuir para a redução dos impactos ambientais de maneira social e ética, implementando estratégias significativas em sua atuação, uma vez que a preservação do meio ambiente pode ser realizada de forma eficaz em diversas profissões, e essa questão deve ser abordada em qualquer área de atuação, considerando o uso de materiais oriundos da natureza.

A partir desta pesquisa, poderão ser explorados novos estudos que envolvam a temática sustentável, permitindo a descoberta de caminhos que ampliem o entendimento da atuação do arquivista e revelem novas formas de investigação na arquivologia, conectando-se com outros campos das ciências sociais.

## 6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. L.; SILVA, E. O. **Plano Nacional de Desmaterialização de Processos:** administração sem papel. CONSAD, Brasília, 2013. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/096-PLANO> . Acesso em: 12 mai 2024.

BRASIL. **Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm). Acesso em: 9 mai 2024.

CONARQ. **Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014 (alterada).** Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-40-de-9-de-dezembro-de-2014-alterada>. Acesso em: 9 mai 2024.

CONWAY, P. **Preservação no universo digital.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

FREIRE, I. M.; SILVA, J. T. **Mandala das virtudes da Arquivologia**: relato de pesquisa. Archeion Online, João Pessoa, v.1, n.1, p. 33-44, Jul. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/17125/9748>. Acesso em: 12 mai 2024.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 107 p.

JARDIM, José Maria. **As Novas Tecnologias da Informação e o Futuro dos Arquivos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 251-260. Disponível em: <http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/755>. Acesso em: 9 abr 2024.

MILITZ, I. L. **O papel do arquivista na preservação do meio ambiente**. Monografia (especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Especialização em Gestão em Arquivos, EaD, RS, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/2991>. Acesso em: 10 jun 2023.

MIRANDA, R.E.S. **Impactos ambientais decorrentes dos resíduos gerados na produção de papel e celulose**. Monografia (especialização) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Floresta Curso de Engenharia Florestal, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, A. C. B. M., GARCIA, J. C. R. (2017). **Responsabilidade ética e social do Arquivista e a Lei de Acesso à Informação**. ÁGORA: Arquivologia em Debate, 27(55), 539–565. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/672>. Acesso em: 9 mai 2024.

SANTOS, C. P. et al. **Papel**: Como se fabrica. São Paulo: Química e sociedade, 2001. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br>. Acesso em: 30 mar 2024.

SANTOS, J. S. **A responsabilidade ambiental do arquivista no procedimento de eliminação documental**. 2016. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2016. [Monografia]

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. **A Pesquisa Bibliográfica**: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.